

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1494821 - RS (2014/0286119-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADOS : LEANDRO DA SILVA SOARES - DF014499
RAFAEL CALETTI E OUTRO(S) - RS057600
AGRAVADO : JOSÉ LUIZ RIGO E COMPANHIA LTDA
ADVOGADO : ALEX KLAIC E OUTRO(S) - RS061287

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO BANCÁRIO EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO QUE NÃO SE EXTRAÍ DE SUA FUNDAMENTAÇÃO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. A contradição sanável mediante embargos de declaração é aquela interna ao julgado embargado, que se dá entre a fundamentação e o dispositivo, de modo a evidenciar uma ausência de logicidade no raciocínio desenvolvido pelo julgador, situação que se amolda ao caso dos autos.
2. Rejeitados os aclaratórios pelo Tribunal de origem, mantendo-se intacta a contradição interna, deve ser reconhecida a nulidade do acórdão recorrido, circunstância que prejudica a análise de qualquer outro fundamento constante do acórdão nulo.
3. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrigli, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 10 de Junho de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator